

## teoria da prova

↳ Tendo em vista que o acusado está respondendo uma infração penal, podendo ao final ser restringida a sua liberdade, é necessário que existam provas suficientes que sustentem a sua condenação, não servindo meras ilações de que ele tenha sido o autor dos fatos.

▶ Se houver pouca prova ou dúvida, a regra é a absolvição

### importante

→ o que se busca com a produção de provas é o convencimento do juiz acerca da existência ou não de um fato criminoso.

### art. 155 CPP

→ o juiz poderá apenas condenar o réu se as provas forem produzidas em contraditório, ou seja, com a necessária refutação delas por parte da defesa.

▶ caso o juiz utilize como base apenas o contido no inquérito policial, ocorrerá a absolvição do acusado em grau de recurso.

▶ A única possibilidade de inexistir o contraditório em cima das provas ocorre quando for feita alguma medida cautelar em sede de Inquérito policial que não puder ser repetida, como é o caso de alguma interceptação telefônica feita pelos policiais na fase administrativa ou até mesmo a oitiva de alguma testemunha que esteja em estado terminal.

De acordo com esse art. 155, temos o sistema do livre convencimento motivado no processo penal. Também chamado de persuasão racional, em que o Magistrado somente poderá formar o seu convencimento apontando de forma fundamentada os elementos probatórios de convicção.

↳ Não pode o juiz prolatar uma sentença apenas com base na sua íntima convicção, sem qualquer fundamentação nas provas produzidas no processo.

↳ provas obtidas por meios ilícitos: toda prova obtida por meios ilícitos deve ser excluída (desentranhada) do processo, aplicando-se o chamado princípio da exclusão.

\* fonte independente: é aquela que, por si só,



seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação a instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto de prova.

## ▶ provas em espécie:

- Exame de corpo de delito, cadeia de custódia e peças em geral: inexistente hierarquia de provas, todas devem ser analisadas.

O exame de corpo de delito será indispensável nos crimes que deixam vestígios, podendo tal exame ser feito de forma direta ou indireta. Análise direta, é por exemplo aquela que acontece no homicídio, onde há vestígios e se analisa a causa da morte. A análise indireta ocorre quando o perito analisa elementos paralelos do crime.

↳ na falta do exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

↳ A cadeia de custódia surgiu com o pacote anticrime, para impedir que os vestígios obtidos no início da investigação fossem perdidos ao longo do tempo.

- interrogatório do acusado: é um meio de prova, onde o acusado irá apresentar sua versão dos fatos, bem como podendo ficar em silêncio.

- confissão do acusado: deve ser valorada com base nas demais provas pelo juiz.

- prova testemunhal: toda pessoa pode ser testemunha e deverá depor, porém, se possuem laços íntimos com o acusado, não serão obrigadas a depor.

- busca e apreensão: deve ser analisada sob 2 aspectos: busca domiciliar e busca pessoal. A busca domiciliar precisa de mandado judicial.